

- RESERVADO -



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO
COMANDO DA LOGÍSTICA
DIRECÇÃO DE FINANÇAS**

DIRECTIVA N.º 01/DFin/09

CUMPRIMENTO DA MISSÃO EM 2009

-RESERVADO-

ARTICULADO DA DIRECTIVA N.º 01/DFin/09

1. SITUAÇÃO

a. Geral

- (1) Economia mundial
- (2) Economia portuguesa
- (3) Orçamento do Estado para 2009

b. No Comando da Logística

- (1) Objectivos Principais
- (2) Objectivos Suplementares

c. Na Direcção de Finanças

- (1) Organização
- (2) Meios
 - (a) Humanos
 - (b) Materiais
 - (c) Financeiros
 - (d) De Informação
 - (e) De Tempo
- (3) Formação Técnica
- (4) Logística
- (5) Finanças

2. TAREFAS

3. EXECUÇÃO

- a. Conceito de acção
- b. Subdirector
- c. Chefe da Repartição de Auditoria
- d. Chefe da Repartição de Gestão Orçamental
- e. Chefe da Repartição de Informação e Gestão Financeira e Contabilidade
- f. Chefe da Repartição de Apoio Geral
- g. Oficial de Segurança

4. COMANDO E CONTROLO

- a. Controlo Orçamental
- b. Controlo de Execução
- c. Reuniões de Coordenação
- d. Instruções de Coordenação

DISTRIBUIÇÃO:

Exemplar	n.º		
	1	-	Comando da Logística
"	"	2	- CFin/Log
"	"	3	- CFin/Geral
"	"	4	- CFin/COp
"	"	5	- CFin/CID
"	"	6	- CFin/CPess
"	"	7	- DFin
"	"	8	- Subdirector
"	"	9	- RA
"	"	10	- RGO
"	"	11	- RIGFC
"	"	12	- RAG
"	"	13	- Oficial de Segurança
"	"	14	- Arquivo
"	15/17	-	Reserva

Exemplar n.º 01
DFin
16MAR09

DIRECTIVA N.º 1/DFin/09

ASSUNTO: DIRECTIVA DE PLANEAMENTO PARA 2009

- REF.^{as}** : a) Dec. Lei n.º 61/2006, de 21Mar (Lei Orgânica do Exército).
b) Decreto-Regulamentar n.º 74/2007, de 02Jul (Atribuições, competências e Estrutura dos OCAD).
c) Lei n.º 64-A/2008, de 31Dez08 (Orçamento do Estado para 2009).
d) Directiva n.º 02/CEME/09, de 15Jan.
e) Directiva n.º 13/QMG/09, de 13Fev.

1. SITUAÇÃO

a. Geral

(1) Economia Mundial

Desde o final de 2006 que a actividade económica em algumas das principais economias avançadas evidenciava já uma tendência de desaceleração decorrente, em certa medida, do aumento do preço das matérias -primas nos mercados internacionais e da baixa dos preços nos mercados da habitação, a qual foi agravada em 2008 pelo adensamento da crise financeira.

Esta situação agravou-se significativamente durante o verão do ano passado, devido a uma mudança abrupta da percepção do risco nos mercados financeiros internacionais e por preocupações acrescidas relativamente à dimensão e distribuição das perdas no mercado financeiro. Esta crise financeira levou ainda à falência de instituições financeiras e à intervenção dos governos, através da injeção maciça de fundos nos bancos, ou da sua nacionalização, no sentido de evitar a sua expansão.

Estes desenvolvimentos conduziram a uma evolução negativa do desempenho económico a nível global, com vários países a entrarem em recessão, fazendo agora prever uma recessão generalizada.

(2) Economia Portuguesa

Em Portugal, as estimativas mais recentes apontam para que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha aumentado cerca de 0.3 por cento em 2008, após um crescimento de 1.9 por cento em 2007. Trata-se de um abrandamento marcado pela interacção entre a crise financeira internacional e a actividade económica mundial, com influências num país onde persiste um conjunto de fragilidades de natureza estrutural que terão continuado a condicionar o crescimento da economia nacional. A redução da inflação foi outra das tendências observadas na segunda metade de 2008.

As perspectivas oficiais para a economia nacional apontam para uma contracção da actividade económica de 0,8% no ano de 2009, acompanhada por uma descida da inflação.

No que respeita às necessidades de financiamento da economia Portuguesa, medidas pelo saldo conjunto das balanças corrente e

capital, as actuais projecções contemplam uma redução de 9 por cento do PIB em 2008 para cerca de 7.9 por cento em 2009 e 9.4 por cento em 2010.

A taxa de inflação, medida pela taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá ter diminuído para 2.7 por cento em 2008. As actuais projecções apontam para uma redução da taxa de inflação em 2009 que se prevê venha a ser de 1%, e de 2% em 2010.

(3) Orçamento do Estado para 2008

A evolução do processo de consolidação orçamental, traduziu-se pela superação, no ano de 2008, dos compromissos assumidos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento tendo-se, ainda, mantido um crescimento moderado do consumo privado.

Segundo o Governo, o orçamento para 2009 foi desenvolvido com base num conjunto de princípios que se caracterizam por:

- (a) Inserção num cenário macro que incorpora a conjuntura externa adversa, com reflexos nas projecções macroeconómicas para a economia portuguesa;
- (b) Adopção de pressupostos consonantes com os adoptados pelas diversas entidades da EU, mas sem que as medidas previstas comprometam os resultados alcançados em termos de consolidação;
- (c) Salvaguarda da capacidade do Governo de exercer as medidas de política orçamental necessárias às famílias e à economia.

b. No Comando da Logística

A directiva em referência e) difundiu orientações, prioridades e linhas de acção a desenvolver pelas direcções logísticas e pelas UEO na sua dependência.

Objectivos para 2009:

(1) Objectivos Principais

- (a) Prosseguir, em todos os níveis e escalões hierárquicos do Cmd Log, uma oportuna e adequada acção de comando, que contribua, em permanência, para o apoio pronto e eficaz ao Exército, nomeadamente à FOPE, e para potenciar uma imagem de "Força, Determinação, Modernidade e Excelência" junto da sociedade, em geral, e das jovens, em particular;
- (b) Conceber e constituir níveis de abastecimento e sustentação para as forças do Exército, cujo emprego operacional seja previsto, designadamente no que se refere a munições e equipamentos de manutenção e material sanitário, e de modo a garantir a sustentação e o fluxo de reabastecimento adequados aos níveis de empenhamento externo dessas forças;
- (c) Constituir um Volante de Prontidão Operacional (VPO) ajustado, em termos de materiais críticos e sistemas de armas considerados estruturantes, com vista a assegurar o potencial das forças;
- (d) Identificar, em coordenação com a Comando Operacional, os requisitos técnicos e operacionais:

-RESERVADO-

1. Para a implementação do Elemento de Guerra de Informação e de outras componentes integrantes da Unidade ISTAR;
 2. Para o levantamento de um GAAA de A/G, com capacidade de ligação à Força Aérea, de coordenação do espaço aéreo no campo de batalha, e apto a receber meios HIMAD.
- (e) Desenvolver e concluir as tarefas inerentes ao lançamento do projecto de concentração do Comando Superior do Exército (COSEX), e acompanhar a respectiva execução, tendo em consideração os interesses do Exército;
- (f) Actualizar e aprofundar o plano de modernização das infra-estruturas de formação e treino, em particular na área da simulação, aquartelamentos e de manutenção para os novos equipamentos adquiridos pelo Exército (VBR 8x8, CC Leopard 2A6 e Helicópteros Ligeiros e Médios);
- (g) Elaborar e apresentar um programa de reforço das valências de Medicina Operacional, através da melhoria dos meios do HCamp, consolidando a capacidade Role 2, com vista a passar para Role 2E ate 2015, e prosseguir as medidas de racionalização do funcionamento dos HM e CS, na perspectiva da manutenção do Sistema de Saúde do Exército, incluídas todas as suas valências e laboratórios.
- (h) Garantir, através das OGME:
1. A continuação do processo de modernização das viaturas da família M113, no âmbito da LPM;

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

2. A conclusão dos trabalhos de recuperação e revisão geral das viaturas e meios retraídos do TO do AFGANISTÃO, nomeadamente HMMWV e M11, de modo a estarem disponíveis, no 1º trimestre de 2009, para novo empenhamento operacional.
- (i) Superar a taxa de execução financeira anual dos programas e actividades da LPM, e contribuir, com a devida antecedência, para a definição do Plano de Aquisições para 2010, tendo em consideração a totalidade dos factores condicionantes e relacionados com a revisão da Lei;
- (j) Levantar e operacionalizar um sistema de informação que garanta a monitorização permanente da totalidade dos processos de fornecimento de materiais e equipamentos ao Exército, desde a respectiva manifestação de necessidade até a fase de aceitação dos mesmos, com a consequente conclusão dos processos, de modo a cumprir correcta e atempadamente todas as suas etapas, encurtar prazos e eliminar lacunas e falhas de coordenação;
- (k) Garantir as mais adequadas acções com vista ao apoio no levantamento, aprontamento, projecção, sustentação e retracção das FND, OMLT, NRF e BG, planeando e executando todas as acções de carácter logístico, em particular as associadas ao transporte de pessoal, material e equipamento entre o território nacional e o TO do Afeganistão.

(2) Objectivos Suplementares

- (a) Prosseguir a coordenação das mais rigorosas acções de planeamento e controlo, por antecipação, das despesas inerentes

-RESERVADO-

as Missões Humanitárias e de Paz (MHP), procurando a coerência, adequação e equilíbrio dos procedimentos;

- (b) Continuar a aprofundar e a desenvolver todas as medidas tendentes a optimização dos projectos de aquisição de materiais e equipamentos para o Exército, nomeadamente viaturas de transporte de pessoal, administrativas e das destinadas ao cumprimento de missões de interesse público;
- (c) Estabelecer os requisitos logísticos no âmbito das infra-estruturas e do reabastecimento e da manutenção, com vista à recepção dos Helicópteros Ligeiros e Médios;
- (d) Efectuar o levantamento de dados que permitam avaliar, no âmbito do CmdLog, a implementação da componente operacional e fixa do SFN-E, bem como dos níveis de autoridade e da cadeia de comando, apresentando um relatório semestral à entidade que reúne toda a informação, para posterior tratamento e integração;
- (e) Iniciar, de modo efectivo, o levantamento e implementação das bases de um sistema de contabilidade analítica, como forma de quantificar e controlar, correcta e atempadamente, a totalidade das actividades desenvolvidas pelo Exército, no quadro da sua missão;
- (f) Prosseguir, no âmbito da missão dos EFE, a procura da optimização dos processos e procedimentos, com racionalidade e inovação, no sentido de incrementar o respectivo apoio ao Exército, preservando e justificando a sua existência, com o

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

-RESERVADO-

activo e estreito acompanhamento por parte do Conselho Fiscal dos Estabelecimentos Fabris (CFEF);

- (g) Acompanhar a execução da LPIM, propondo os ajustamentos necessários, tendo em conta os interesses do Exército;
- (h) Dinamizar e incrementar o "Ciclo de Conferências da Logística 2009", a cargo de individualidades de reconhecido saber e competência, e promover as acções de qualificação e formação dos recursos humanos, em serviço no CmdLog;
- (i) Planear e realizar exercícios de segurança militar de instalações, assim como teste e simulacros no âmbito da prevenção de acidentes, da Segurança e Higiene no Trabalho e da Protecção Ambiental, com vista a aferir dos sistemas previstos e implementados;
- (j) Prosseguir o esforço de melhoria e actualização do conteúdo das páginas das DirLog e das UEO do CmdLog, na *Intranet* do Exército e na *Internet*.

c. Na Direcção de Finanças

(1) Organização

A DFin compreende actualmente a seguinte orgânica:

- (a) Director;
- (b) Subdirector;
- (c) Repartição de Auditoria;
- (d) Repartição de Gestão Orçamental;
- (e) Repartição de Informação, de Gestão Financeira e Contabilidade;
- (f) Repartição de Apoio Geral.

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

(2) Meios

(a) Humanos

1. Os meios humanos necessários ao cumprimento da missão são estabelecidos num quadro orgânico que se encontra deficitário em pessoal (militar e civil), pelo que se devem continuar a envidar esforços no sentido de promover ao seu preenchimento;
2. Face ao QOP aprovado, o provimento em oficiais é de 64%, em sargentos é de 64%, em praças é de 91% e Civis em 56%;
3. Prevê-se durante 2009 a aposentação de 2 funcionários, ao abrigo da actual legislação;

(b) Materiais

Os bens patrimoniais da DFin são constituídos, maioritariamente, por equipamento informático e mobiliário de escritório, o qual está devidamente inventariado e catalogado, devendo ser optimizada a sua gestão através da utilização do programa de gestão de material disponível.

(c) Financeiros

Os recursos financeiros atribuídos à DFin para o seu funcionamento corrente são suficientes às actividades a desenvolver.

(d) De Informação

A utilização das novas tecnologias, designadamente a Informática, vem dar à informação uma importância relevante, não só pelo conteúdo mas também pela rapidez com que está disponível;

A implementação do SIG implica meios adequados de manuseamento e sua renovação;

Alcançado o objectivo de um PC por cada posto de trabalho deverá ser reforçado e na medida do possível proceder à actualização do *software* disponível.

(e) De Tempo

O tempo disponível para a execução das diferentes actividades é também escasso, pelo que é conveniente aproveitar a oportunidade para criar formas de acesso directo ao tratamento automático da informação, maximizando o aproveitamento das potencialidades do sistema de gestão documental e estendendo a sua utilização a todos os postos de trabalho.

(3) Formação Técnica

De acordo com o plano de formação da DFin, deve continuar a ser dada prioridade à formação de todo o pessoal em serviço na DFin, com especial incidência na área do POCP, auditoria, informática na óptica do utilizador e principalmente na utilização das diversas

ferramentas do *software standard* ERP (*Enterprise Resource Planning*) da SAP, no âmbito do projecto SIG.

(4) Logística

No corrente ano, deverão ser mantidas as infra-estruturas efectuando intervenções de carácter pontual.

(5) Finanças

- (a) As dotações do OMDN-E continuam a ser inferiores ao necessário, o que, em alguns casos, provoca a erosão e a escassez dos meios adequados ao cumprimento integral da missão;
- (b) Em termos globais, e comparativamente a 2008 (dotações finais) as disponibilidades orçamentais do OMDN-E destinadas à cobertura das “Despesas de Funcionamento” sofreram uma variação negativa da ordem dos 0,16 %, como se demonstra:
- (c) Comparando as necessidades orçamentais mínimas apuradas em sede de Planeamento de Actividades para 2009 (PA/2009), verifica-se um diferencial de – **41.077.773 €** face à inscrição

-RESERVADO-

orçamental inicial para 2009, líquida de cativações, conforme ilustra o quadro seguinte:

FONTES DE FINANCIAMENTO	OMDN-E-09 Inicial	PA / 2009 Nec. Mínimas	SUBORÇAMENTAÇÃO	
			MONTANTE	%
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)=(3)/(2)
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	565.400.000	606.477.773	-41.077.773	-6,77%
DESPESAS COM PESSOAL	482.572.521	536.822.794	-54.250.273	-10,11%
REMUNER. CERTAS E PERMANENTES	340.234.362	386.380.705	-46.146.343	-11,94%
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	42.271.688	42.271.688	0	0,00%
SEGURANÇA SOCIAL	100.066.471	108.170.401	-8.103.930	-7,49%
AQ. BENS E SERVIÇOS CORRENTES	65.863.243	65.863.243	0	0,00%
AQUISIÇÃO DE BENS	42.947.402	42.947.402	0	0,00%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	22.915.841	22.915.841	0	0,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.300.567	2.300.567	0	0,00%
OUTRAS DESP. CORRENTES (Cativos DGO)	13.172.500	0	13.172.500	
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.491.169	1.491.169	0	0,00%

2. TAREFAS

- Analisa o actual Sistema de Administração Financeira do Exército (SAFE) com o objectivo de racionalizar e responder aos desafios da Reforma da Administração Financeira do Estado;
- Acompanha a realização das auditorias executadas pelos Centros Finanças no âmbito da Circular n.º 15, de 04Dez06, analisa os respectivos relatórios e acompanha a implementação de medidas correctivas;
- Realiza auditorias no âmbito da Administração Financeira, em 2009, de acordo com o Plano de Auditorias aprovado superiormente;
- Analisa o sistema de auditoria no âmbito da Administração Financeira do Exército, tendo em vista:

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

-RESERVADO-

- 1) A clarificação e a definição das áreas de acção de cada uma das entidades envolvidas face às respectivas competências, de modo a eliminar redundâncias e áreas e/ou UEO não abrangidas pelas auditorias;
 - 2) A adaptação do normativo de auditoria existente no Exército, na área da Administração Financeira, às normas do Tribunal de Contas e do Sistema de Controlo Interno do Estado.
- e. Elabora e propõe, para aprovação, um Regulamento de Auditoria para a Área da Administração Financeira do Exército;
- f. Carrega, em sistema, os centros de custo (redefinidos de acordo com as necessidades e especificidades das U/E/O) e de lucro após aprovação dos quadros orgânicos em falta, perfazendo toda a estrutura orgânica do Exército e de acordo com o BBP do Bloco 2.1 – Contabilidade Analítica;
- g. Colabora na elaboração da proposta de Orçamento do Exército para 2010, com vista à aprovação, e apresenta, até 31 Julho de 2009, da respectiva proposta consolidada, garantindo o ajustamento com o plano anual de actividades, elaborado em sede de SIG/MDN;
- h. Inicia, de modo efectivo, a implementação de um sistema de contabilidade analítica em duas unidades-piloto do Exército, como forma de levantar um modelo que permita quantificar e controlar, correcta e atempadamente, a totalidade das actividades desenvolvidas pelo exército, no quadro da sua missão;
- i. Cria e implementa os centros de 2º nível, por missão e fase, no âmbito das MHP para as entidades gestoras do Comando da Logística, ministrando formação e definindo procedimentos de execução;

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

-RESERVADO-

- j. Revê a estrutura de actividades e de grupos de actividades carregadas em sistema, de acordo com o plano de actividades, tornando possível fazer a comparação, em tempo real, entre o planeado e o realizado;
- k. Centraliza e cumpre com todas as obrigações fiscais em 2009 (retenções de IRS, IVA, Mapas Recapitulativos, modelo 10);
- l. Consolida o processo de elaboração de um relatório mensal que, de forma exhaustiva, evidencie a evolução dos encargos com as MHP, de forma a coligir informação que permita elaborar estimativas para períodos e missões futuras;
- m. Dá orientações técnicas às U/E/O, no sentido de aumentar os reembolsos do IVA e, deste modo, suplementar o Orçamento do Exército em 2009;
- n. Analisa os procedimentos e os fluxos criados com a separação entre os pagamentos e o processamento dos vencimentos, com o intuito de otimizar recursos e a sua relevação contabilística;
- o. Elabora a conta de gerência do Exército, de acordo com a alteração introduzida pela alínea g) do art.º 51.º da Lei n.º 48/2006, de 29Ago, no âmbito da prestação de contas anual ao Tribunal de Contas;
- p. Planeia e realiza 1 (um) exercício de segurança militar das respectivas instalações, assim como 1 (um) teste/simulacro no âmbito da Prevenção de Acidentes, da Segurança e Higiene no Trabalho e da Protecção Ambiental, com vista a aferir a eficácia dos sistemas previstos e implementados;
- q. Aperfeiçoa e incrementa, substancialmente, o conteúdo da respectiva página na *Intranet* do Exército e na *Internet*;

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

- r. Assegura o cumprimento das normas de segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), no seu âmbito;
- s. Prossegue uma oportuna e adequada acção de comando, que contribua, em permanência, para o apoio pronto e eficaz ao Exército, nomeadamente à FOPE, e para potenciar uma imagem de "Força, Determinação, Modernidade e Excelência" junto da sociedade, em geral, e dos jovens, em particular;
- t. Promove, em 2009, acções de Qualificação e Formação dos seus recursos humanos, no sentido de incrementar a sua iniciativa, coesão, motivação e confiança.

3. EXECUÇÃO

a. Conceito de acção

- (1) Dirigir a Direcção de Finanças tendo como objectivos prioritários a obtenção de um elevado grau de disciplina, moral e espírito de corpo do pessoal, a eficiência na execução das tarefas e a eficácia na gestão dos recursos disponíveis;
- (2) Melhorar a gestão financeira do Exército nas suas três componentes: planeamento, execução e controlo;
- (3) Planear e realizar a execução orçamental por actividades, em conjugação com um maior rigor e disciplina orçamental;
- (4) Organizar um Sistema de Administração Financeira do Exército (SAFE) dinâmico, funcional e de acordo com o preconizado no novo Regime da Administração Financeira do Estado (RAFE);

-RESERVADO-

- (5) Garantir a formação atempada e adequada do pessoal afecto ao SAFE, na área do POCP, Contabilidade Analítica, Gestão Patrimonial e no âmbito do SIG/MDN;
- (6) Simplificar os procedimentos administrativos e contabilísticos das UEO, através da centralização da contabilidade ao nível dos centros de finanças (CFin), passando as UEO a processar unicamente a recolha e registo de documentos relativos a encargos e movimento de tesouraria;
- (7) Uniformizar procedimentos e critérios de tratamento da informação financeira nos diferentes níveis de gestão, facilitando o apoio à tomada de decisão;
- (8) Aproveitar no máximo das suas capacidades o sistema de gestão documental e arquivo electrónico optimizando processos e melhorando a eficiência e rapidez do tratamento processual;
- (9) Estimular a comunicação da DFin com os CFin, procurando melhor ligação nos procedimentos e maior rapidez na execução;
- (10) Organizar a conta de gerência dando cumprimento às instruções do Tribunal de Contas;
- (11) Reduzir para um nível moderado o risco de erros e distorções materialmente relevantes na conta de gerência e aumentar a qualidade e a eficiência da auditoria no âmbito administração financeira;
- (12) Promover, junto do Ministério das Finanças e da Administração Pública, a libertação dos meios financeiros para utilização do Exército;

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

~~-RESERVADO-~~

- (13) Promover a contabilização, liquidação e pagamento de todos as remunerações do Exército;
- (14) Exercer a autoridade técnica, no âmbito da administração financeira;
- (15) Assegurar a elaboração do relatório anual de actividades de curto prazo e a respectiva publicação, nos termos da legislação em vigor;
- (16) Promover a preparação e envio da informação a prestar a entidades externas ao Exército nos termos da legislação em vigor.

b. Subdirector

- (1) Assegurar a actividade interna da DFin e coadjuvar o respectivo director, substituindo-o na sua ausência ou impedimento, assumindo desde então todos os deveres e atribuições que àquele competem;
- (2) Coordenar os trabalhos de organização do Sistema de Administração Financeira do Exército (SAFE) no âmbito do POCP e do Sistema Integrado de Gestão (SIG);
- (3) Coordena a gestão das páginas da *Internet* e *Intranet*;
- (4) Acompanhar os projectos internos da DFin e sua execução.

c. Chefe da Repartição de Auditoria

- (1) Elaborar e difundir normas, circulares e outra doutrina, que orientem e apoiem o Sistema de Administração Financeira do Exército, de acordo a legislação vigente;
- (2) Rever e actualizar as circulares, notas-circulares e interpretações técnicas em vigor de acordo com RAFE e em sintonia com o Sistema Integrado de Gestão;

Directiva|DFin|2009

~~-RESERVADO-~~

-RESERVADO-

- (3) Fornecer os dados disponíveis na repartição para apoio das acções de inspecção administrativa ordinária a realizar junto das UEO do Exército;
- (4) Melhorar o manual de legislação, anexando-lhe todos os diplomas e normas nele mencionados, de modo a facilitar a consulta dos assuntos e garantir a sua actualização constante;
- (5) Analisar o sistema de auditoria no âmbito da administração financeira do Exército, tendo em vista:
 - (a) A clarificação e a definição das áreas de acção de cada uma das entidades envolvidas face às respectivas competências, de modo a eliminar redundâncias e áreas e/ou UEO não abrangidas pelas auditorias;
 - (b) A adaptação do normativo de auditoria existente no Exército, na área da Administração Financeira, às normas do Tribunal de Contas e do Sistema de Controlo Interno do Estado;
- (6) Elabora um regulamento de auditoria para a área da administração financeira do Exército, a propor superiormente;
- (7) Acompanha a realização das auditorias executadas pelos centros finanças no âmbito da Circular n.º 15, de 04Dez06, analisa os respectivos relatórios e acompanha a implementação de medidas correctivas;
- (8) Realiza auditorias no âmbito da Administração Financeira;
- (9) Instrui os processos para ressarcimento de despesas relativos a acidentes em serviço.

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

d. Chefe da Repartição de Gestão Orçamental

- (1) Centralizar e consolidar o Planeamento Orçamental, de acordo com o plano de actividades, com vista à elaboração do orçamento programa do Exército;
- (2) Elaborar a POMDN-E de acordo com as orientações recebidas do General CEME e do Comandante da Logística, e no respeito das instruções difundidas pelos MDN e MFAP;
- (3) Dar cabimento às despesas e aos créditos que exigem tal formalismo;
- (4) Controlar as dotações atribuídas e executadas pelo Exército da LPM e do PIDDAC;
- (5) Elaborar relatórios trimestrais referentes ao PIDDAC;
- (6) Controlar a reserva do Exército;
- (7) Proceder às necessárias alterações orçamentais no sentido de otimizar a execução orçamental;
- (8) Proceder à elaboração do orçamento corrigido, apurando os desvios entre o OMDN-E e o realizado;
- (9) Elaborar os diversos mapas de controlo orçamental e indicadores de gestão de apoio à decisão;
- (10) Elaborar o relatório mensal relativo aos encargos das FND;

-RESERVADO-

- (11) Elaborar e enviar ao MDN o relatório mensal sobre a execução orçamental;
- (12) Elaborar o PLC consolidado do Exército e efectuar a respectiva aprovação em SIG;
- (13) Gerir e manter a matriz de responsabilidades dos utilizadores do bloco 1.2 – SEM/BW;
- (14) Implementar um sistema de contabilidade de custos em duas unidades-piloto do Exército, procedendo ao levantamento do modelo de base para a repartição de custos e aferindo todas as condicionantes, para a sua integral implementação nas UEO do Exército.

e. Chefe da Repartição de Informação e de Gestão Financeira e Contabilidade

- (1) Elaborar, em coordenação com os CFin, a conta de gerência do Exército relativa ao ano económico de 2008, na forma e no conteúdo, de acordo com as instruções difundidas pelo Tribunal de Contas sobre esta matéria;
- (2) Efectuar em SIC os pedidos de libertação de créditos (PLC) à DGO necessários à execução financeira do OMDN-E, LPM e PIDDAC;
- (3) Transferir para as UEO os meios de tesouraria necessários à execução financeira do OMDN-E, LPM e PIDDAC, de acordo com o PLC aprovado;
- (4) Proceder ao registo de guias de reposição abatidas, não abatidas e guias de receita em SIC;

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

-RESERVADO-

- (5) Apurar os montantes que não foram objecto de execução financeira do OMDN-E, LPM e PIDDAC para posterior entrega na FN nos prazos definidos por lei;
- (6) Apurar o IVA mensal do Exército;
- (7) Recolha de informação relativa aos rendimentos e retenções, para preenchimento do Mod 10/IRS/IRC a enviar à DGCI;
- (8) Envio do anexo P da declaração anual de informação contabilística e fiscal (IVA – Mapa Recapitulativo de Fornecedores);
- (9) Solicitar à Direcção-Geral dos Impostos, a restituição do IVA, de acordo com os processos recebidos dos centros de finanças;
- (10) Acompanhar, em coordenação com os centros de finanças, todas as operações financeiras das UEO;
- (11) Gerir e manter a matriz de responsabilidades dos utilizadores do bloco 1.1 – ERP;
- (12) Dar cumprimento ao princípio da especialização, preconizado no POCP, pela correcta contabilização dos imobilizados adquiridos e utilização do módulo de Gestão de Imobilizado (AA) do SIG/MDN;
- (13) Rever, em coordenação, com a RA/DSP, o actual modelo de processamento e pagamento de vencimentos no sentido de agilizar o processo eliminando os fluxos financeiros de natureza extra-orçamental entre a SecLog/DFin e as UEO e, vice-versa;
- (14) Reduzir o número de contas bancárias abertas no IGCP, das actuais 160 contas para as estritamente necessárias à uma adequada gestão e controlo das disponibilidades financeiras do Exército;

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-

- (15) Operacionalizar a prestação de contas electrónica, relativa ao ano de 2008, através da plataforma disponibilizada pelo Tribunal de Contas para o efeito;
- (16) Promover acções de formação no âmbito do POCP e SIG, dirigidas a utilizadores dos CFin.

f. Chefe da Repartição de Apoio Geral

Prestar todo o apoio administrativo e logístico à Direcção.

(1) Chefe da Secção Logística

- (a) Assegurar a gestão correcta dos bens patrimoniais da DFin, garantindo com oportunidade e rigor o seu registo informático e das alterações verificadas;
- (b) Contribuir para a elaboração do plano de actividades da DFin;
- (c) Garantir que as actividades logísticas e financeiras sejam executadas em conformidade com o respectivo plano;
- (d) Garantir que todas as formalidades legais relativas execução orçamental são cumpridas, de acordo com o Código dos Contratos Públicos;
- (e) Assegurar o pagamento das remunerações de todo o pessoal do Exército;
- (f) Assegurar o registo contabilístico das actividades relacionadas com a gestão administrativa da DFin e com as remunerações de todo o pessoal do Exército.

(2) Chefe da Secretaria de Apoio Geral

- (a) Incrementar a utilização da aplicação de gestão documental de modo a tirar melhor partido das suas capacidades;
- (b) Propor acções com vista à motivação pessoal, para o cumprimento dos objectivos da DFin;
- (c) Efectuar o controlo da assiduidade do pessoal civil tirando partido das capacidades da aplicação de "controlo de ponto".

g. Oficial de Segurança

(1) Quanto à segurança das informações

- (a) Adoptar todas as medidas relativas à protecção das matérias classificadas e conduzir as investigações de segurança que forem necessárias;
- (b) Aconselhar o director sobre assuntos relativos à segurança e protecção das matérias classificadas;
- (c) Montar a segurança das matérias classificadas;
- (d) Propor a correcção de erros de atribuição da classificação de segurança;
- (e) Organizar programas de destruição de rotina de documentos desactualizados e sem interesse histórico, por forma a evitar a sobrecarga inútil dos arquivos.
- (f) Supervisionar a destruição de rascunhos, minutas, papeis químicos, cópias excedentárias e demais desperdícios, por forma a assegurar que através deles não ocorram quebras de segurança;

- (g) Planear a destruição de emergência de todas as matérias classificadas;
- (h) Efectuar inspecções de segurança com vista a verificar se são cumpridas as normas de segurança em vigor;
- (i) Instruir o pessoal em assuntos relativos à segurança de matérias classificadas.

(2) Quanto à segurança do pessoal

- (a) Providenciar no sentido de ser verificada a lealdade, de todo o pessoal, pondo em execução os procedimentos para a concessão de habilitações de segurança (credenciação) ao pessoal que, pelas funções que desempenhe, tenha necessidade de manusear, tomar conhecimento ou ter acesso a matérias classificadas;
- (b) Melhorar as condições de segurança através de um rigoroso controlo de acessos;
- (c) Manter em arquivo uma cópia dos documentos básicos de credenciação do pessoal;
- (d) Instruir o pessoal no sentido de relatar todas as anomalias ou incidentes suspeitos que possam afectar a segurança das matérias classificadas;
- (e) Dar conhecimento ao pessoal das sanções decorrentes das infracções e crimes praticados no âmbito da segurança.

(3) Quanto à segurança física

- (a) Estudar e propor medidas de protecção específicas relativas aos sectores sensíveis da DFin;
- (b) Recomendar e pôr em execução medidas de segurança relativas ao controlo de acessos às diferentes áreas classificadas;
- (c) Verificar a segurança oferecida pelos gabinetes, casas fortes ou móveis de segurança onde se guardam matérias classificadas;
- (d) Passar revista, fora das horas normais de serviço, a repartições, arquivos, arrecadações de material, etc., a fim de verificar se foram deixados documentos ou materiais classificados fora dos seus competentes locais de resguardo, se os cofres e arquivos se encontram fechados e se foram cumpridas as restantes prescrições de segurança.

4. COMANDO E CONTROLO

a. Controlo Orçamental

A efectuar pelo chefe da Repartição de Gestão Orçamental, por actividades e por rubricas orçamentais, a partir dos registos recebidos pela DFin e através de indicadores de gestão de periodicidade mensal.

b. Controlo de Execução

A efectuar pelo Chefe da Repartição de Informação e de Gestão Financeira e Contabilidade, a partir da prestação de contas e através de indicadores de gestão de periodicidade mensal.

c. Reuniões de Coordenação

- (1) Da DFin - quinzenais;

(2) Dos Centros de Finanças - trimestrais.

d. Instruções de Coordenação

- (1) Estabelecer as ligações com os CFin, RA/DSP e CDD através do subdirector da DFin, de forma a garantir maior eficiência dos serviços e melhor controlo dos resultados;
- (2) Desenvolver uma “cultura organizacional” orientada para o serviço e para a eficiência, no sentido de “contagiar” os diferentes intervenientes neste domínio e a melhorar o desempenho funcional;
- (3) Orientar a actividade da DFin por rigorosas medidas de austeridade e economia, respeitando o binómio custo-eficiência;
- (4) Desenvolver esforços no sentido de diminuir os custos de funcionamento através de medidas de racionalidade económica, designadamente, reduzir a burocracia, reduzir os custos das comunicações, reduzir os custos de electricidade evitando gastos supérfluos, reduzir a reprodução de documentos ao mínimo indispensável necessário à formalização dos actos administrativos;
- (5) Contribuir para a valorização cultural e profissional do pessoal da Direcção de Finanças;
- (6) Comemorar o “dia” da Direcção de Finanças, em 3 de Julho, com uma cerimónia simples, significativa do simbolismo daquela efeméride;
- (7) A presente Directiva entra imediatamente em vigor.

-RESERVADO-

O DIRECTOR

DIRECÇÃO DE FINANÇAS

Este documento está conforme o original

**JOÃO ANTÓNIO ESTEVES DA SILVA
MAJOR-GENERAL**

Directiva|DFin|2009

-RESERVADO-